



4º Seminário Nacional de Pesquisa e
Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

inovação e ética na pesquisa em arquitetura e urbanismo

HISTÓRIA DA CIDADE, HISTÓRIA DO URBANISMO, HISTÓRIA DA URBANIZAÇÃO OU HISTÓRIA URBANA? A INTERDISCIPLINARIDADE É O CAMINHO PARA A PESQUISA EM ARQUITETURA E URBANISMO

Rodrigo de Faria

*Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo, Universidade de Brasília (UnB)
e-mail: rod.dfaria@gmail.com*

"Um campo de estudos ainda em construção" (FERNANDES & GOMES, 1998: 14). Esta importante consideração sobre a pesquisa histórica no âmbito da Arquitetura e Urbanismo foi a primeira tentativa em estabelecer um panorama dos estudos em história urbana no Brasil. Outros artigos já foram publicados sobre o tema, mas a ideia foi partir da "origem" desse esforço de compilação e análise sobre qual é a produção acadêmica brasileira neste campo. E ainda que a história urbana esteja vinculada à *Área CAPES Planejamento Urbano e Regional*, sua articulação com a pesquisa em História do Urbanismo e da Arquitetura aponta para a necessidade de pensar sobre suas possibilidades temáticas e conceituação, já que pesquisadores da *Área CAPES Arquitetura e Urbanismo* também atuam na interface história urbana / história do urbanismo. Aliás, uma pergunta: quais as diferenças entre história urbana e história do urbanismo? Ou ainda, existem diferenças?

No interior do referido processo de construção, duas problemáticas – entre outras -continuam relevantes: uma sobre a ampliação do quadro de cidades estudadas, outra da conceituação da própria história urbana enquanto área de conhecimento, e neste caso, sobre o sentido de existir ou não a diferenciação entre história urbana e história do urbanismo. A primeira problemática foi assim formulada pelos autores no final da década de 1990: uma "predominância absoluta de estudos monográficos centrados em cidades específicas. Com isso, só as grandes cidades vêm sendo contempladas, o que configura uma história urbana das capitais brasileiras" (FERNANDES; GOMES, *op. cit.*: 25).

ORGANIZAÇÃO



CO-ORGANIZAÇÃO



APOIO:



PROMOÇÃO:



DIVULGAÇÃO:



Para o momento em que os autores realizaram a análise panorâmica sobre a pesquisa em história urbana e história do urbanismo, certamente a avaliação estava correta. Naquela época os Seminários de História da Cidade e do Urbanismo (SHCU) – já consolidado como o principal fórum de debates no campo dos estudos históricos das cidades e do urbanismo - iniciavam sua consolidação. Hoje certamente podemos afirmar que não só ampliamos o escopo analítico sobre as cidades brasileiras, sejam as capitais, cidades médias, metrópoles, cidades pequenas, como internacionalizamos este fórum, com isso abrindo portas para análises comparadas ou articuladas com América Latina, Europa e outros países e continentes.

INTERIORIZAR A HISTÓRIA URBANA

No entanto, para a década de 1990 e a sequência dos SHCU, a ampliação do conjunto das cidades brasileiras estudadas ocorreu, entre outras abordagens, pelas análises dos pressupostos da tradição higienista do século XIX, priorizando o momento que o "urbanismo incorpora a cidade a partir da objetivação dos **problemas urbanos** estabelecida pela medicina, pela engenharia, pela filantropia, pela nascente sociologia, pela economia social" (PECHMAN, 1998:29). Numa outra abordagem, pela problematização da cidade atravessada pela questão da técnica e pela questão social¹: as cidades portuárias, entre elas Santos (LANNA, 1996), ou cidades do interior do País, como Ribeirão Preto (DE FARIA, 2003), são exemplos desse foco de interesse das pesquisas.

Por outro lado, é importante considerar que grande parte das capitais estudadas até então eram cidades portuárias, fechando-se um círculo de interesse comum, confirmando assim a observação que apontava a centralização das pesquisas, em sua maioria, nas cidades capitais. Quando não direcionados para cidades portuárias, os estudos focalizavam seus olhares para as cidades planejadas como Belo Horizonte, Goiânia e Brasília. Nesses casos, a motivação e a

¹ Maria Stella Bresciani aponta seu interesse de estudo para o momento em que se cidade se problematiza como " questão urbana". São interfaces dessa questão os problemas da sujeira, da peste (o cólera), da pobreza entre outros. "As sete portas da cidade", in: revista Espaço & Debates, ano XI, nº 34, NERU, São Paulo, 1991, pp. 10.

quantidade de estudos se fizeram pela discussão sobre urbanismo moderno no Brasil²: suas origens e suas propostas.

Importante salientar que nessa abordagem sobre a primeira problemática não se objetivou uma crítica em relação aos pressupostos teóricos ou metodológicos dos trabalhos, ou sobre as escolhas temáticas que foram realizadas. Aponta-se para o que poderíamos considerar em relação à década de 1990 como a necessária ampliação do quadro geral de cidades que mereceriam tratamento científico. É inquestionável que essa ampliação ocorreu, e ocorreu fundamentalmente pela atuação dos Programas de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo que existiam na época e os que foram criados desde então em diversas regiões do país, pois estes Programas são a base institucional e acadêmica dos Seminários de História da Cidade e do Urbanismo.

Uma análise dos trabalhos apresentados nos últimos Encontros Científicos sobre História da Cidade e Planejamento Urbano no Brasil permite comprovar a ampliação do conjunto estudado das cidades, dos profissionais, dos planos urbanísticos, entre outros temas, indica a consolidação dos campos analíticos, críticos e propositivos da história urbana e a história do urbanismo. E no caso dos eventos mais diretamente relacionados com a área Planejamento Urbano e Regional, certamente os Encontros da ANPUR também reconheceram a importância da pesquisa histórica ao abrir sessões temáticas específicas, entre elas, a Sessão História Urbana no ENANPUR DE 1999 ou a temática “Cidade e Urbanismo: história e projeto” do ENANPUR DE 2001.

Ainda assim, talvez seja necessário (re)afirmar quão fundamental é - até para uma cristalização desse campo de estudos - uma contínua *interiorização* das pesquisas em história urbana e história do urbanismo, para que possamos compreender a vasta rede urbana brasileira, sobretudo do Norte, como no caso da cidade planejada de Boa Vista: uma potencialidade de

² Um conjunto de cidades novas planejadas, cidades empresariais também fazem parte desses estudos. Um estudo inédito sobre cidade empresarial no Brasil e que merece publicação, sobretudo pelo conjunto de documentos adquiridos nas Universidade Norte-Americanas de Harvard e Oriogon e no catálogo da exposição "SERT, Arquitecto en Nueva York" realizada no Museu de Arte Contemporânea de Barcelona em 1997, foi realizado por Francisco Carlos Gimenes: "A Cidade dos Motores, três projetos". Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo apresentado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 1998.

pesquisa que permite os mais diversos olhares – da história, da sociologia, da geografia, da arquitetura e urbanismo, entre outros – sobre cada uma das cidades brasileiras. A análise a pesquisa em histórica no Brasil aponta também para uma diversidade de abordagens e recortes privilegiados: estudos relacionados com as transformações físico-territoriais do ambiente urbano; estudos que priorizam o planejamento urbano e do desenho das cidades; o processo de formação da estrutura fundiária do município; estudos cuja temática está voltada para o processo de formação de núcleos coloniais urbanos e o processo de formação das cidades; e a questão da legislação urbanística, que já recebeu tratamento para além da mera verificação e representação quantitativa, oferecendo, portanto, uma contribuição para a compreensão dos resultados da aplicabilidade do corpo legislativo sobre a cidade (FELDMAN, 2000)³.

Compreender que as várias problemáticas urbanas possíveis de serem estudadas nessas capitais são as mesmas para cidades de menor porte - sobretudo quando o estudo passa pelo campo conceitual, por exemplo, o conceito de *cidade salubre* -, pela própria importância das capitais como referência cultural, social e política é fundamental. Contudo, adotar o pressuposto de uma transferência unilateral da questão urbana, ou seja, das cidades capitais para todas as outras cidades implicará na anulação cada um dos vestígios e particularidades deixados pelos eventos humanos. Significa não escutar as vozes de cada um dos atores sociais, não olhar para cada registro - que são singulares - que as cidades trazem nas suas "camadas superpostas de resíduos materiais: elementos de arquitetura, recortes das ruas ou monumentos" (BRESCIANI, 1999:11). E mais, adotando a noção de particularidade, singularidade dos eventos, estaremos corroborando com uma compreensão do trabalho historiador que foi proposto por Edgar De Decca. Ele afirma a existência, na prática historiográfica, de um movimento que é constante entre uma "lógica da semelhança - e as

³ No artigo "Avanços e limites na Historiografia da Legislação Urbanística no Brasil" Sarah Feldman, na sua compreensão sobre a legislação urbanística como um "conjunto de regulamentações referentes ao parcelamento, uso e ocupação do solo e às edificações", aponta para a pouca atenção despendida pelos pesquisadores, e ainda, quando inserem em seus estudos a questão da legislação urbanística, com poucas exceções, vão além de uma identificação das leis por meio da sua listagem e descrição de conteúdos.

semelhanças dão origem aos conceitos⁴ (VEYNE apud DE DECCA, 1991: 8) - e, ao mesmo tempo, porque cada evento é um evento particular, com uma lógica da diferença" (DE DECCA, *op. cit.*: 8).

Desse movimento é possível estabelecer, através da narrativa histórica construída nas semelhanças, um conceito de cidade. No caso, um conceito de cidade no Brasil desde o século XIX (momento de construção do urbanismo como disciplina), passando pelo XX e até o atual XXI caracterizado pela contínua transformação do ambiente urbano, por exemplo, pela ótica sanitarista. Será que conceitualmente os atuais planos de ampliação de vias de circulação, as ações de despejo de áreas ocupadas, entre outros tipos de ações públicas e/ou particulares não carregam também aquilo que conceitualmente realizou-se, por exemplo, na demolição do cortiço "Cabeça de Porco" no Rio de Janeiro, ou na abertura da Avenida Central? Em relação à lógica das diferenças, cabe ao historiador inventariar o que cada evento urbano representou do ponto de vista da construção historiográfica" (VEYNE apud DE DECCA, *ibidem*).

CONCEITUAR A HISTÓRIA URBANA

A segunda problemática no debate sobre a pesquisa em história urbana, história do urbanismo é de ordem conceitual, de conceituação enquanto área de conhecimento com pressupostos teóricos e critérios metodológicos específicos. O mesmo artigo que apontou a predominância dos estudos nas capitais, em desconsideração de cidades do interior do país, afirmou a insuficiência de tentativas dessa conceituação da história urbana: "da análise dos trabalhos depreende-se que a conceituação do que seria uma "história urbana" parece não ter sido ainda suficientemente contemplada" (FERNADES; GOMES, 1998: 24). E aqui uma pergunta: fizemos isso para a história do urbanismo e para a história da cidade?

Por outro lado, os próprios autores fazem uma advertência em relação ao texto, como sendo datado e, portanto, constituído de lacunas e irregularidades. E mesmo que datado, um esforço analítico inicial de grande relevância - para entendermos os primeiros percursos da História

⁴ "O lugar onde o historiador resume a trama é sempre conceitual. Numa determinada trama se constrói o conceito de cidade" (DE DECCA, *op. cit.*: 8); "Na narrativa histórica, trabalha-se com conceitos que nos permitem tecer uma rede de significações com os fragmentos de que dispomos" (FERNADES & GOMES, *op. cit.*: 24).

Urbana no Brasil – sobre das pesquisas apresentadas nos primeiros Seminários e Encontros Científicos⁵. Ademais, senão avançou no sentido da conceituação dessa área de conhecimento, muito contribuiu com um trabalho que se seguiu de análise das temáticas e problematizações. Segundo os autores,

"temas priorizados nesses estudos recentes, as abordagens e os recortes privilegiados, as referências teórico-conceituais que os embasam, bem como colocamos em pauta os aspectos da história da cidade e do urbanismo no Brasil sobre os quais eles lançam uma nova luz, o que ainda deixam na obscuridade e que perspectivas abrem para a compreensão dos processos de estruturação urbana das práticas de intervenção" (FERNADES; GOMES, 1998: 24)⁶.

O interesse aqui em abordar tais questões passa não só pela tentativa de contribuir com o debate sobre história urbana - suas práticas, objetos, filiações teóricas -, mas, também, em entender como os pesquisadores provenientes das áreas da Arquitetura e Urbanismo, que é o nosso caso, estão inseridos nesse debate. Assim sendo, uma primeira questão está colocada: a da formação acadêmica em Arquitetura e Urbanismo e não em História. De início surge uma problemática que é inerente ao conhecimento arquitetônico e urbanístico: a prática arquitetônica e urbanística é uma ciência?

Se essa prática for a construção do espaço, tanto a dos espaços livres quanto a dos espaços edificados, e essa é - talvez a de maior ocupação - a prática que o profissional arquiteto e urbanista desenvolve no cotidiano do seu trabalho, então ela, a prática, entendida aqui enquanto as etapas de coleta de informações de uma determinada área, elaboração das idéias e propostas e finalmente a execução, talvez não seja uma ciência⁷. Por outro lado, seria o

⁵ Os trabalhos analisados foram apresentados no I Seminário de História Urbana realizado em Salvador no ano de 1990 e, no IV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, também realizado em Salvador no ano de 1991.

⁶ As abordagens dos trabalhos são: "Modernização Urbana", "Modernização Urbana e Habitação", "Pensamento Urbanístico", "Territórios e mercados de trabalho". (FERNADES & GOMES, 1998)

⁷ Adotando como pressuposto o elaborado por de Decca (1998: 8) sobre a história ser ou não uma ciência: "Se você pensar que as ciências lógicas-dedutivas são aquelas que enunciam leis, então, segundo essa definição, podemos dizer que a história não é uma ciência. É um conhecimento." (DE DECCA, *ibidem*), o mesmo poderemos dizer sobre a prática arquitetônica e urbanística, ou seja, não tem um caráter científico.

produto dessa prática, ou seja, as cidades, os edifícios, as ruas, as praças, entre tantas outras materialidades resultantes do fazer arquitetônico e urbanístico, objetos de pesquisa? E não devemos nos esquecer de uma grande parte da produção arquitetônica e urbanística que não chega até a etapa da execução - os projetos apresentados no concurso para a capital federal -, mas cujo resultado pode ser de grande interesse para os debates em arquitetura e urbanismo.

Esses questionamentos certamente se intensificam para aqueles que realizam suas pesquisas pelo campo historiográfico. Isso, pois, essa articulação com a disciplina História, ou melhor, essa incursão se evidencia por uma série de dúvidas e conflitos sobre o modo pela qual deveremos proceder durante toda a pesquisa, através das bases teóricas e metodológicas da História e sua relação como o campo da Arquitetura e Urbanismo. E um elemento importante na construção do saber histórico, e que na esfera da pesquisa realizada em Arquitetura e Urbanismo ainda precisa avançar em suas especificidades e, sobretudo possibilidades para interpretação dos vários percursos até o objeto, são as fontes de pesquisa.

Algumas interrogativas elaboradas pelos historiadores no processo de uma pesquisa, como por exemplo, é possível construir⁸ a História através dos documentos disponíveis? Em quais condições é possível “atravessar” as fontes e conhecer (interpretar) o passado? Ou ainda, uma noção para além da problemática da veracidade ou não dos documentos, mas sim de saber o que exatamente as fontes documentam informam, entre outras interrogativas, talvez necessitem de um contínuo aprimoramento no âmbito das pesquisas realizadas pela chamada história da arquitetura ou do urbanismo. Isso pode ainda ocorrer se interpretações das fontes-formadas em sua grande maioria por material iconográfico, desenhos, mapas, planos, etc. -, permanecer nas “bordas” ou superfície, enquanto elemento bidimensional de pura representação de uma realidade espaço-temporal urbana.

Nessas análises, as fontes ainda assumem um papel de "janela" entre o evento que se deu em um determinado tempo passado e o olhar daquele que vai construir a narrativa. De outra forma: a imagem informaria uma “verdade visual”, ela seria “o real” no/do passado. Nesse

⁸ Adotamos a concepção de história como a construção narrativa, pois os eventos humanos não são um dado natural, uma vez que "os eventos humanos se tornam históricos a partir da narrativa do historiador" (DE DECCA, *op. cit.*: 7)

papel, fica claro o descolamento, o deslocamento dos documentos das ações que os produziram, problematizados e criticados como tais. Por exemplo, a compreensão de uma imagem fotográfica deve ultrapassar os limites do plano do papel e dessa noção de “verdade visual”. A visualidade da imagem urbana pode ser tão interessante quanto uma descrição puramente verbal da ação em um tempo passado, lida a partir de um referencial contemporâneo à ação. Uma fotografia de uma cidade ou edifício não é a “verdade visual” dessa cidade ou edifício, mas uma interpretação estética, social e política do autor ou autora da imagem.

Ainda que tenhamos avançado substancialmente nas análises metodológicas e documentais, ainda está presente nas pesquisas - estamos nos referindo à arquitetura e urbanismo - um caráter mais quantitativo dos documentos iconográficos levantados em arquivos públicos ou pessoais, secretarias municipais e estaduais, jornais, etc., desconsiderando uma apreensão mais detalhada, no sentido de uma crítica documental, como a realizada por Ana Maria de Souza Andrade Essus:

"as imagens fotográficas produzidas ao longo das primeiras décadas do século 20, na cidade do Rio de Janeiro, refletem o interesse da classe dominante em construir uma determinada sociabilidade a partir do controle dos códigos de comportamento e de representação social no espaço urbano" (ESSUS, 1997).

E mesmo que se possa argumentar que não somos historiadores de formação, no momento que percorremos os caminhos da pesquisa histórica devemos buscar minimamente compreender como a disciplina histórica pode - através dos seus critérios e procedimentos metodológicos, suas filiações teóricas, na relação que ela vai estabelecer entre a busca e análise dos documentos - construir um saber, um conhecer na perspectiva que foi proposta por De Decca para a realização do que deve ser a prática profissional do historiador.

Isso, contudo, não significa uma transposição direta desses procedimentos para a pesquisa em arquitetura e urbanismo - mesmo que em determinados momentos a disciplina Histórica e a disciplina Arquitetônica e Urbanística se construam amalgamadas - uma vez que cada uma

delas se organiza a partir de estruturas conceituais diversas. Uma possibilidade de concatenação entre as práticas profissionais de cada uma das disciplinas interessadas em olhar para a cidade como objeto de pesquisa, passa necessariamente interdisciplinaridade. Não uma interdisciplinaridade cuja pretensão é a de promover uma "história total" (da cidade), tão propagada nos anos de 1980. Adotamos aqui o critério de interdisciplinaridade "apenas como um processo controlado de empréstimos recíprocos, entre as diferentes ciências do homem, de conceitos, problemáticas e métodos para leituras renovadas da realidade social", proposto por Bernard Le Petit (LEPETIT, 2001: 42). Nessa adoção, realizada a partir da compreensão dos critérios que norteiam a pesquisa histórica e de outras ciências humanas, conjuntamente com as bases dos estudos em arquitetura e urbanismo, é que poderemos compreender a cidade, através das diversas portas de entrada que dispomos (BRESCIANI, 1991:10-15)

Ainda sobre a questão das fontes e dos eventos, a crítica desenvolvida por Carlo Ginzburg em relação a Natalie Zemon Davis, sobre o "O Retorno de Martin Guerre", pode ter uma relação interessante à arquitetura e ao urbanismo. Na crítica sobre os procedimentos praticados pela autora através da reconstituição de fatos, Ginzburg fala que "reproduzir uma revolução, um arroteamento ou um movimento religioso é impossível, não só na prática, mas em princípio, para uma disciplina (no caso a História, grifo nosso) que estuda fenômenos temporalmente irreversíveis" (GINZBURG, 1989:179-202). E essa "impossibilidade" seria válida para a pesquisa em História da Arquitetura e do Urbanismo? De que forma a - e se existe a necessidade da - materialidade do fato arquitetônico e urbanístico - os edifícios, cidades, ruas, praças, os relatórios, a imprensa, os planos urbanísticos, os documentos municipais etc. -, mesmo que sobrevivendo, segundo Maria Stella Bresciani (1999:11-45), "*na forma de fragmentos, resíduos de outros tempos, suportes materiais da memória, marcas do passado inscritas no presente*", deve-deveria ser trabalhada na pesquisa em Arquitetura e Urbanismo? E mais, quando esse dado material do ambiente urbano se manifesta enquanto ruína (no caso daqueles que foram construídos), apenas disciplina arqueológica - com seus critérios e métodos - estaria instrumentada para desenvolver tal estudo?

Voltando a afirmativa de Ginzburg sobre a reprodução dos eventos, apresento aqui uma indagação (quijá uma provocação) para pensarmos: então não seria possível a reprodução de edifícios, praças, cidades, etc., não só em maquete, mas também em escala real, para a realização de uma pesquisa, ou seja, reconstruir uma arquitetura enquanto fato, e ao mesmo tempo enquanto fonte de um estudo a posteriori? Caso sim, seria possível, como seriam consideradas as subjetividades e contradições da ação humana nesse ambiente?

A ESCALA E A TÉCNICA NA HISTÓRIA URBANA

Para complementar todo o debate proposto até aqui, e de certo modo ampliar a possibilidade de discussão, trataremos brevemente de duas outras variáveis: a escala e a técnica. Para a abordagem da problemática da escala faremos uso do artigo "Sobre História da urbanização - história urbana" escrito por Nestor Goulart Reis Filho (REIS FILHO, 1991:15-18). Nesse texto o autor define o termo História Urbana como uma "redução conceitual" e propõe como prática dos pesquisadores arquitetos e urbanistas um história da urbanização. Uma prática existente, pelo que aponta o autor, nas disciplinas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo: "nós procuramos lançar mão de bases empíricas para construir essa nossa história (a história urbana, se quiserem chamar assim). Para nós, é a história da urbanização e na FAU-USP é assim que as disciplinas são denominadas" (REIS FILHO, op. cit.: 17).

Nesse sentido é que os estudos em história da urbanização fazem uso, segundo Reis Filho, de várias escalas na apreensão do objeto, no caso a cidade, apontando também para a necessidade de uma visão de conjunto para se operar as pesquisas na cidade através dessas várias escalas possíveis. Em relação a essa visão de conjunto nos estudos históricos apontados pelo referido artigo, é possível abordar o que pode ser um problema quando se pensa numa visão de conjunto totalizante sobre o objeto da pesquisa, ou ainda, na perspectiva de uma "história total" que a prática da interdisciplinaridade pode promover.

Um possível contraponto a essa concepção totalizante, Bernard Lepetit utilizou uma pesquisa realizada no ano de 1961 na comuna bretã de Plozévet, onde um conjunto diversificado de

disciplinas elaboraram, cada uma delas, suas respectivas análises sobre aquela realidade, para no final de vários anos publicar uma enorme quantidade de estudos com os respectivos resultados. Segundo Lepetit,

"é nítido o princípio do projeto: em vez de unificar as ciências do homem de acordo com uma metodologia preestabelecida, trata-se de provocar uma situação de interdisciplinaridade, oferecendo a um grande número de disciplinas um campo comum, de dimensões reduzidas, que os obriga ao encontro e ao confronto"(op. cit.:33).

Lepetit aponta nesse sentido para a constatação do fracasso da interdisciplinaridade:

"a interdisciplinaridade tornou-se um **"leitmotiv"** encantatório, um **"recurso imaginário"** destinado a dissimular a compartimentação crescente das ciências humanas e a crise do saber. Assim caminham as proposições sobre a interdisciplinaridade, oscilando entre a valorização de uma idade de ouro que se tentou fazer acontecer e o desencanto resultante das experiências passadas, entre a constatação de uma fragmentação das disciplinas e a ambição constante de sua unificação" (op. cit.: 33).

Quando se pensa na tentativa de uma visão de conjunto, corremos o risco de, ao adotarmos uma única resposta aos estudos elaborados, e o risco dessa unificação é evidente, eliminarmos as identidades disciplinares e suas estruturas conceituais. Não optamos, porém, por uma estratificação das fronteiras ou dos contornos de cada uma das disciplinas. Essas fronteiras devem ser, ou melhor, na medida em que são contaminadas e impregnadas pela contiguidade com outras disciplinas, devem sofrer alguma transformação e, portanto uma transformação dos seus conceitos, problemas e critérios metodológicos, uma vez que a interdisciplinaridade se institui em um processo constante e contínuo de (re)construção. Portanto, correr os riscos, primeiro, de uma possível unificação das análises sobre o objeto em estudo e, segundo, da eliminação de uma estrutura disciplinar, pode significar o fechamento daquelas de várias portas conceituais de entrada na cidade (BRESCIANI, 1991. Na concepção de Lepetit,

"de certo modo, uma disciplina que morre é uma língua que desaparece. Imaginar seu desaparecimento por anulação das diferenças é acreditar que a compreensão das sociedades (e também das cidades - grifo nosso) progride com a redução do número e da complexidade dos conceitos explicativos feitos sobre elas" (LEPETIT, op.cit.: 38-39).

Essa visão de conjunto apontada aqui como um possível problema, na medida que ela pode ser redutora das possibilidades de análise de um objeto como a cidade, "cidade que é, em si mesma, um objeto complexo em que se manifestam todos os fenômenos de interação" (LEPETIT, op. cit.:39), se estrutura, no caso do artigo de Reis Filho, como uma saída para a concatenação dos resultados obtidos nas várias escalas propostas pelo autor: a escala da "história global da urbanização, a história da urbanização no país que se estuda, que é a escala de definição das estruturas de poder e controle da produção e as relações" e em seguida as escalas, de "nível regional e do cotidiano, o que nós chamamos corretamente de cidade e sua estruturação interior" (REIS FILHO,op. cit.:16).

Para Lepetit, uma questão se coloca: "como conciliar a continuidade do espaço real (passa-se, sem corte, da aldeia para o mundo) com o caráter discreto das escalas em prática?" (LEPETIT, op. cit.). Essa pergunta nos obriga a uma atitude cuidadosa na compreensão do território "real" para que não ocorra em nossas pesquisas uma hierarquização vertical, em qualquer sentido, da importância que os fenômenos podem adquirir no processo de construção do saber quando analisados no interior de cada uma das escalas: global, nacional, regional e local. Até, pois, não é de se imaginar que os fenômenos e as organizações espaciais possam mudar através da mudança da escala.

Na perspectiva proposta por Reis Filho para esse problema, não deve existir uma separação nas "explicações para o funcionamento das cidades, da região e da urbanização de uma maneira geral. Uma coisa depende da outra. Há um arcabouço teórico permanente que integra as várias escalas de organização e que está sendo elaborado e reelaborado. Não há a menor possibilidade de se atuar sobre o real, sem que se tenha consciência disso" (REIS FILHO, op. cit.: 16). Por outro lado, essa mudança da escala da análise pode significar, segundo Topalov,

somente a mudança de *escala* “de um projeto racionalizador inalterado” (TOPALOV, 1991,:31). Nesse sentido, também reafirmamos a preocupação com a visão de conjunto para os estudos em diversas escalas, pois a sua realização pode sobrepor ou anular determinados fenômenos e organizações em função dos interesses que norteiam os olhares lançados sobre o objeto na construção do conhecimento.

De todas as escalas apontadas para a realização dos estudos, aquela última, a do cotidiano, a da cidade, é a que nos interessa nesse momento. Interessa, pois é nessa escala, a do local, que se amalgamam o corpo social e o corpo físico em todas as suas contiguidades e em todas as suas diferenças. Como inserir, portanto, o corpo social da cidade nesses estudos objetivados pelas escalas de organização?

"O território, ao contrário, é uma formação espacial que não depende apenas da organização de um espaço, mas da prática de atores que se desenvolvem de acordo com lógicas pouco mensuráveis. Como a variação de escala pode dar conta da complexidade do real e de sua inscrição em universos de medida díspares?" (LEPETIT, *op. cit.*: 211)

Nesse sentido é que, a proposição de uma história da urbanização enquanto possibilidade de atuação nos estudos urbanos praticada por arquitetos e urbanistas, pode contribuir para a construção de um saber sobre a cidade pautado exclusivamente pelo olhar da técnica, ou ainda de uma história (a história da urbanização sugeriu Reis Filho) das ações técnicas sobre as cidades; ações em sua maioria destituídas de sua inerente dimensão política subsumida na estratégia da neutralidade. Outra pergunta (talvez neste ponto contraditória): e não seria o estudo dos saberes técnicos sobre a cidade a grande contribuição dos pesquisadores arquitetos e urbanistas para o campo da história urbana?

BREVE CONSIDERAÇÃO FINAL

Por tudo isso, talvez mais importante que a vontade irresistível de definição, se história urbana, história da urbanização, história do urbanismo, história da cidade, é a necessidade de os

estudos urbanos considerarem minimamente a estrutura social da cidade, para que a ciência das cidades não seja apenas "o estudo de suas leis, o exame de suas patologias e a definição de como remedia-las, a planificação sendo o primeiro dos remédios" (TOPALOV, *op.cit.*:31). Essa legitimação do urbanismo como ciência da cidade, "lugar onde se cristalizam as distintas objetivações da cidade que vinha sendo elaborada pelos diferentes saberes ao longo do século XIX" (PECHAMAN, *op.cit.*:31), definiu uma única porta de entrada possível na cidade: a da intervenção. Uma disciplina⁹ que, segundo Robert Moses Pechman,

"emudeceu a cidade e se revestiu de uma forma de dominação, fundada exclusivamente na técnica. Mas, de onde vem a força do discurso urbanista? Sua força vem de sua capacidade de requalificar a cidade, transformando-as num espaço abstrato, um não território. A "virtude" maior do Urbanismo é, pois, a de criar modelos¹⁰ abstratos, o que unicamente pode ser uma cidade, o que unicamente "deve" ser uma cidade. Com isso, a cidade fica reduzida a seus aspectos técnicos de funcionamento e sua densidade histórica é anulada" (PECHMAN, 1999:12).

Diante dessas constatações fica difícil compreender as pesquisas sobre o processo de urbanização como quer Reis Filho, como não se tratando "de um processo de urbanização mecânico, puramente técnico, mas de um processo fundamentalmente social e só secundariamente técnico" (REIS FILHO, *op.cit.*:16). O que talvez devêssemos fazer é um questionamento sobre o próprio escopo do nosso campo de formação profissional atual considerando toda sua própria história.

⁹ De acordo com Pechman, "a historiografia com vocação para a história urbana não consegue estabelecer uma especificidade a partir da cidade como objeto de análise. Transitando entre uma história econômica (a cidade como lugar da acumulação), uma história política (a cidade como base do novo pacto social) e uma história social (o papel da cidade na constituição da sociabilidade burguesa), a história furtou-se a enfrentar a cidade como temática com questões próprias. - "Até o final dos anos de 1960, na França, por exemplo, a cidade não constitui verdadeiramente um objeto de pesquisa histórica. Ainda é apenas um cenário cômodo, um palco em que passa a história econômica, social ou política das sociedades que nela habitam, como se indiferentes a seus espaços"(LEPETIT, *op.cit.*:39) - Mais próximo disso esteve o urbanismo que, ao legitimar-se como ciência da cidade, procurou dar a ela estatuto científico próprio. Vem então do urbanismo e não da história a tentativa de enquadramento da cidade na perspectiva de uma reflexão sistematizada. Mais do que isso, é pelo urbanismo que a cidade se inscreve na história" (PECHMAN, 1998, p.31).

¹⁰ "Ao transformar-se numa disciplina, o urbanismo leva a uma ruptura epistemológica com seu objeto, pois aquilo que o urbanismo visa não é a cidade curada (das epidemias), à cidade reformada (das obras de engenharia e topografia), à cidade ordenada (da disciplina) ou à cidade estetizada (da arquitetura), o urbanismo visa é à **cidade modelo**" (PECHMAN, *op. cit.*: 32)

Por fim, a conclusão retoma aquela constatação inicial: a história urbana não só é um campo em construção como deve permanecer em constante construção, assim como as diversas disciplinas que, "em ritmos e segundo orientações não necessariamente semelhantes, estão em constante evolução. Se o horizonte dessa construção passa por uma prática da interdisciplinaridade, nesse caso seria fundamental a interdisciplinaridade proposta por Bernader Lepetit "como um processo controlado de empréstimos recíprocos" (LEPETIT, *op.cit.*: 34). Nesse sentido, também não seria razoável uma delimitação da história urbana no interior de uma única disciplina, como no caso da história urbana ganhar um estatuto historiográfico a partir da Escola dos Anales, (DE DECCA, *op.cit.*:9), mas da possibilidade dos diversos saberes sobre a cidade construírem, cada um deles, um estatuto dos estudos urbanos, ou da história urbana no interior das suas estruturas conceituais.

Dessa forma é que a história urbana deixa, ou "deixou de existir e que existe tantas tramas quantas for possível a cidade tecer, ou que o historiador [não só o historiador mas cada um dos pesquisadores provenientes de cada uma das disciplinas] possa tecer sobre a cidade" (DE DECCA, *op.cit.*:9). Adotando-se, portanto, a delimitação da história urbana através das particularidades dos diversos saberes sobre a cidade, a interdisciplinaridade aponta não só uma saída, ou um percurso aos estudos, mas uma prática necessária entre as disciplinas através de um diálogo constante entre seus representantes: os pesquisadores. Aos pesquisadores cabe a responsabilidade contínua pela inovação dos procedimentos metodológicos e interpretativos para que os estudos histórias sobre as cidades e o urbanismo contribuam com o desenvolvimento brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRESCIANI, Maria Stella Martins. As sete portas da cidade. In: Espaço & Debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Ano IX, n. 34, NERU, São Paulo, 1991.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Imagens de São Paulo: estética e cidadania. In: FERREIRA, Antonio C.; LUCA, Tania R.; IOKI, Zilda G. Encontros com a história: percursos históricos e historiográficos de São Paulo. São Paulo: EDUNESP/FAPESP, 1999.

- DE DECCA, E. O estatuto da História. In: Espaço & Debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Ano IX, n. 34, NERU, São Paulo, 1991.
- DE FARIA, Rodrigo S. Ibeirão Preto, uma cidade em construção (1895-1930). O moderno discurso da higiene, beleza e disciplina. Dissertação de Mestrado em História. IFCH-UNICAMP, 2003.
- ESSUS, A. M. M. O espelho do poder: fotografia, sociabilidade urbana e representação simbólica do poder político no Rio de Janeiro da Belle Époque. In: FERRAZ, Célia; PESAVENTO, Sandra (org). Imagens Urbanas – os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre: UFRGS, 1997.
- FELDMAN, Sarah. Avanços e limites na historiografia da legislação urbanística no Brasil. In: ANAIS VIII ENANPUR. Porto Alegre: PROPUR/UFRGS, 1999.
- FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio F. A Pesquisa recente em história urbana no Brasil. In: PADILHA, Nino (org). Cidade e Urbanismo: história, teorias e práticas. Salvador: UFBA, 1998.
- GUINZBURG, C. Provas e possibilidades à margem de ‘Il ritorno de Martin Guerre’ de Natalie Zemon Davis. A micro-história e outros ensaios (trad). São Paulo: DIFEL/BERTRAND, 1989.
- LANNA, Ana Lucia D. Uma cidade na transição: Santos, 1870/1913. Sao Paulo: HUCITEC, 1996.
- LEPETIT, Bernard. Por uma nova história urbana. SALGUEIRO, Heliana A. (org). São Paulo: EDUSP, 2001.
- REIS FILHO, Nestor G. Sobre a história urbanização – história urbana. In: Espaço & Debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Ano IX, n. 34, NERU, São Paulo, 1991.
- TOPALOV, Cristian. Os saberes sobre a cidade: tempos de crise? In: Espaço & Debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Ano IX, n. 34, NERU, São Paulo, 1991.